DIREITOS LINGUÍSTICOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ARTIGOS CIENTÍFICOS BILÍNGUES PARA AS COMUNIDADES SURDAS

Bianca Ferreira Eslava Vidal[1], Kate Mamhy Oliveira Kumada[2]

[1]Universidade Federal do ABC (UFABC), Santo André, Brasil
(bianca.eslava@ufabc.edu.br)
[2]Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil

Resumo: Apesar dos avanços em relação à inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Educação Superior, ainda é possível constatar muitos desafios referentes à consolidação da educação bilíngue para pessoas surdos. A escassez de materiais didáticos acadêmicos, sobretudo artigos científicos Libras-Língua Portuguesa é um fator que merece relevância. Diante deste contexto, se faz necessário a ampliação de pesquisas em relação à produção e /ou tradução de artigos científicos Libras- Português.

Palavras-chave: educação bilíngue; produção científica; tradução de artigo.

INTRODUÇÃO

O Bilinguismo que abrange a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa é um tema complexo que gradativamente tem ganhado destaque nos estudos referentes à educação bilíngue de minorias, uma subárea da Linguística Aplicada, como também na Educação Inclusiva.

Historicamente, o processo educacional das comunidades surdas no Brasil foi marcado pela transição do oralismo para a comunicação total e, posteriormente, para o bilinguismo. O oralismo perpetuou durante décadas após o Congresso de Milão de 1880, defendendo que a pessoa surda precisava aprender exclusivamente a língua oral por meio da fala e da leitura labial, proibindo o uso de línguas de sinais. Nessa perspectiva clínica, a surdez era compreendida como uma deficiência que necessitava ser corrigida, privando o estudante surdo de sua identidade linguística e cultural (Gomides et al., 2022).

Em contraposição ao oralismo, a partir da década de 1970, no Brasil, a Comunicação Total começa a ganhar espaço propondo a utilização de recursos comunicativos variados, abrangendo gestos, fala, sinais, leitura labial, dentre outros. No entanto, essa abordagem também não reconhecia plenamente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua com estrutura própria. Contudo, a Comunicação Total desencadeou na ampliação dos debates sobre os direitos linguísticos das pessoas surdas, contribuindo com o fortalecimento dos movimentos sociais surdos no país, que passaram a reivindicar uma educação pautada no respeito à identidade e à cultura surda (Pereira e Almeida, 2025).

A partir de 1990 e, sobretudo, após o reconhecimento oficial da Libras através da Lei nº 10.436/2002, o Bilinguismo tem se consolidado como a principal proposta educacional para os estudantes surdos no Brasil. Assim, a Libras é reconhecida como a língua oficial de instrução, ou seja, a primeira língua (L1) da pessoa surda e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita corresponde à segunda língua (L2). Em 2005, a referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, o qual foi essencial para a consolidação de medidas favoráveis à difusão da Libras. Entre essas medidas, ressalta-se a inclusão da Libras como disciplina curricular e a formação de profissionais especializados, como professores, tradutores e intérpretes de Libras. Além disso, o decreto também foi de suma importância para a garantia de direitos das pessoas surdas, especialmente no contexto educacional, abrangendo desde a Educação infantil até o Ensino Superior (Brasil, 2005).

Recentemente, a Lei nº 14.191/2021 fortaleceu a educação bilíngue de surdos ao incluí-la oficialmente na Lei Nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), assegurando sua efetivação no sistema educacional brasileiro. Essa inclusão reconhece a importância da Libras para a constituição da identidade surda e para o desenvolvimento educacional desses sujeitos. Nesse sentido, o Bilinguismo configura-se como uma conquista histórica das comunidades surdas brasileiras, ao valorizar sua língua e cultura (Gomides et al., 2022).

De acordo com (Kumada, 2016), apesar dos avanços do aparato legal referente à educação bilíngue de

surdos, nota-se que a escassez de materiais produzidos em Libras-Língua Portuguesa, bem como a falta de profissionais com formação qualificada para atender este alunado, entre outros aspectos deficitários ainda representa um grande desafio, comprometendo o acesso e a formação acadêmica de estudantes surdos e também dos profissionais (como os tradutores, intérpretes, instrutores, professores, dentre outros) que atuam nessa área. Para (Kumada, 2016), a utilização de materiais didáticos bilíngues Libras-Língua Portuguesa ainda é insuficiente, especialmente no âmbito da Educação Superior. Verifica-se também que, os materiais didáticos bilíngues, frequentemente apresentam falhas de tradução, devido à ausência de formação específica, na área do conhecimento abordado, por parte dos profissionais responsáveis por essa atividade (Souza e Silveira, 2011).

A pequena parcela de estudantes surdos que acessam a Educação Superior consequentemente também enfrentam a carência de textos acadêmicos disponíveis em Libras. Dessa forma, mostra-se pertinente investigar a produção e/ou tradução de artigos científicos em Libras e Língua Portuguesa, considerando que este gênero textual é de extrema relevância e circulação na Educação Superior, contribuindo para a formação da comunidade surda.

Diante do contexto, a lacuna de materiais didáticos acadêmicos bilíngues culminou no desenvolvimento da presente pesquisa que tem como objetivo geral investigar a disponibilização dos artigos científicos bilíngues Libras-Português enquanto ferramenta de garantia de direito das comunidades surdas. A pesquisa também apresenta os seguintes objetivos específicos: 1)- fazer um levantamento dos formatos disponíveis de artigos científicos em Libras em quatro periódicos e 2)- analisar as normativas relacionadas à produção científica em Libras e/ou bilíngue para surdos.

Assim, pretende-se obter informações significativas para o fortalecimento da educação bilíngue de surdos, contribuindo para que estes sujeitos passam ter a garantia de direito de acesso e permanência em contextos acadêmicos, tendo suas especificidades linguísticas respeitadas, superando as barreiras da comunicação e da informação, conforme as políticas públicas vigentes.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza pura, com abordagem qualitativa, orientada por multimétodos e diferentes procedimentos metodológicos. Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa documental a partir da análise de uma amostra não probabilística e intencional, obtida por meio de buscas virtuais e consulta realizada aos integrantes de um grupo de pesquisa registrado no CNPq, destinado aos estudos de educação de surdos e línguas de sinais, especificamente o grupo de pesquisa denominado Surdos e Libras (SueLi) da Universidade Federal do ABC (UFABC), adotando-se como critério a acessibilidade e a disponibilidade dos artigos científicos em Libras, sendo indicado os seguintes periódicos: 1) Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas); 2) Revista Espaço do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES); 3) Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e; 4) Revista Roseta, da Associação Brasileira de Linguística (Abralin). A segunda etapa, também documental, compreendeu o levantamento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR 17225 (ABNT, 2025) e ABNT 15290 (ABNT, 2016), do Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis (Naves et al., 2016) e das recomendações da Federação Brasileira de Associações e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados da primeira etapa da pesquisa foi realizada por meio da leitura da caracterização dos periódicos selecionados, verificando aspectos significativos como a trajetória histórica da construção de cada periódico e suas respectivas regras de submissão. Vale ressaltar que os quatro periódicos valorizam as produções científicas-acadêmicas de pesquisadores dedicados às importantes questões inerentes às comunidades surdas. No entanto, apesar dos avanços nessa área, a análise constatou um baixo volume de publicações de artigos científicos em Libras. De 2013 à 2020, por exemplo, a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras, da UFSC, apresentou um total de 17 publicações, sendo em 2013, seu maior volume com 5 publicações. Na revista Roseta (Abralin) foi identificado apenas 1 publicação em Libras (até a data da realização da busca final, em dezembro de 2024).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à disponibilização integral dos textos em Libras, sendo constatado em três dos quatro periódicos investigados. A Revista Espaço, vinculada ao INES, disponibiliza apenas o resumo em Libras. Estudos recentes ressaltam que a acessibilidade linguística em Libras deve contemplar não apenas traduções

parciais, mas proporcionar a oferta integral de conteúdos em língua de sinais, buscando condições mais equânimes de acesso à informação e à produção acadêmica para as comunidades surdas (Silva e Maria, 2025). Nota-se também que a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras, da UFSC, apresenta publicações apenas em Libras, tendo a disponibilidade em Português, somente de registros escritos pontuais, como por exemplo, durante a apresentação de nomes de autores ou citações. A Revista Roseta (Abralin) que apresenta apenas um artigo em Libras, também disponibiliza seu acesso por meio da Língua Portuguesa através de áudio. Neste referido periódico, nota-se a presença da Língua Portuguesa (na modalidade escrita) somente em partes específicas como nomes próprios e citações.

Observa-se ainda, que, dos quatro periódicos, três recorrem aos intérpretes humanos, enquanto apenas o periódico Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) disponibiliza integralmente a tradução do artigo através do recurso tradutor acionado por meio do avatar Rybená. Fato que gera discussões sobre a qualidade dessas traduções. Embora os avatares utilizados para as traduções em Libras contribuam para a ampliação da acessibilidade comunicacional, pesquisas apontam que essas tecnologias ainda apresentam limitações em relação ao trabalho desempenhado por um Tradutor e Intérprete de Libras e Português (Tilsp) humano, sobretudo no que diz respeito aos elementos estruturais específicos dessa língua, como as expressões faciais/corporais, aspectos contextuais e a fluidez linguística da interpretação (Spim, 2021).

Na etapa 2, a pesquisa documental foi realizada, tendo como base a análise de documentos orientadores como as normativas ABNT NBR 17225 (ABNT, 2025), ABNT NBR 15290 (ABNT, 2016), o Guia para produções audiovisuais acessíveis (Naves *et al.*, 2016) e as recomendações e as orientações da Febrapils (2014). A normativa ABNT NBR 17225 (Brasil, 2025), nomeada de "Acessibilidade em conteúdo e aplicações web - Requisitos / Accessibility web content and applications - Requirements" é um documento recente que estabelece direcionamentos quanto à acessibilidade digital, estando interligado aos critérios de sucesso do documento internacional denominado "Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.2". Enquanto que a NBR 15290 (ABNT, 2016), intitulada "Acessibilidade em comunicação na televisão/TV communications accessibility", disponibiliza uma gama de requisitos técnicos para acesso a informação televisiva, dentre eles, nota-se orientações sobre o uso da janela de Libras, visando a acessibilidade comunicacional de todos os cidadãos. Já o Guia para produções acessíveis apresenta parâmetros sobre os recursos de acessibilidade de audiodescrição, legendas para surdos e ensurdecidos (LSE) e janela de Libras, buscando contribuir com as discussões sobre a importância da consolidação de um padrão de qualidade que possa contemplar os usuários. Nesta perspectiva, o Código de Conduta e Ética (CCE), proposto pela Febrapils (2014), também apresenta orientações essenciais para a presente pesquisa, uma vez que enaltece sobre a importância da qualidade profissional dos tradutores, intérpretes de Libras e guia-intérpretes, visando discussões sobre a qualidade da formação destes profissionais devido a responsabilidade social e comunicacional desempenhada pelas suas funções.

Embora as normas e documentos analisados não sejam destinadas exclusivamente aos artigos científicos, observa-se que o conteúdo destes materiais é de grande valia para orientar as produções acadêmicas científicas, pois se complementam, uma vez que, alguns estão direcionados ao contexto de normativas técnicas em contextos tecnológicos/digitais, outros contribuem com a apresentação de práticas profissionais inerentes às traduções e interpretações em Libras, considerando os princípios éticos, respeitando a diversidade humana.

CONCLUSÃO

A partir da análise dos quatro periódicos investigados é possível constatar que ainda persistem inúmeros desafios para a ampliação das produções de artigos científicos bilíngues em Libras-Língua Portuguesa. Essas produções constituem importantes instrumentos para o fortalecimento da educação bilíngue de surdos, uma vez que contribuem significativamente para a formação acadêmica de estudantes surdos e de profissionais atuantes nessa área, além de favorecerem a valorização da Libras no contexto científico e educacional.

Entretanto, observa-se que a ausência de documentos orientadores específicos para a elaboração e publicação de artigos científicos bilíngues também representa um fator que dificulta a expansão dessas produções. Tal lacuna evidencia a necessidade de diretrizes mais claras e acessíveis que auxiliem pesquisadores, autores e periódicos na organização e padronização deste tipo de publicação. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento de estudos, como a presente pesquisa que identifica e apresenta informações favoráveis e práticas para a produção científica bilíngue, favorecendo a inclusão.

A acessibilidade comunicacional e as especificidades linguísticas dos sujeitos precisam ser respeitadas, primando pelo acesso, participação e permanência de todos os sujeitos em diferentes contextos, inclusive nas universidades.

Espera-se que os resultados da presente pesquisa possam fomentar a ampliação e a qualidade das produções científicas bilíngues, contribuindo com a garantia do direito linguístico das comunidades surdas em diferentes contextos, especialmente no meio acadêmico, visando que as diferentes possibilidades de acesso possam garantir a acessibilidade comunicacional de todos os cidadãos, respeitando a diversidade humana.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem aos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa Surdos e Libras (SueLi), da Universidade Federal do ABC (UFABC), pelo espaço de diálogo, reflexão, apoio e construção coletiva de conhecimentos, bem como pela parceria acadêmica e contribuição ao desenvolvimento desta pesquisa. Agradecemos ainda à Profa Dra Adriana Pagaime pelas indicações, leitura atenta e disponibilidade para pensar no questionário para continuidade do estudo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15290/2016 - **Acessibilidade em comunicação na televisão / TV communications accessibility.** 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 17225/2025 - **Acessibilidade em conteúdo e aplicações web - Requisitos / Accessibility in web content and applications - Requirements.** Primeira edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 07 mar. 2024.

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamentada a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FEBRAPILS. **Código de Conduta e ética.** Primeira alteração aprovada em Assembléia Geral Ordinária em 13 de abril de 2014. Fortaleza, CE: FEBRAPILS, 2014.

GOMIDES, P. A. D.; CAMPELLO, A. R. e S.; SILVA, E. F.; FRANCIONI, W. V. Surdez, educação de surdos e bilinguismo: avanços e contradições na implantação da Lei nº 14.191/2021. <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/72116>. **Revista Sinalizar,** Goiânia, v. 7, 2022. Disponível em: Revista Sinalizar. Acesso em 27 mar. 2026.

KUMADA, K. M .O. **Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais.** 2016. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NAVES, S. B *et al.* **Guia para produções audiovisuais acessíveis.** Brasília: Ministério da Cultura/Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/11463>. Acesso em: 08 ago. 2024.

PEREIRA, D.; ALMEIDA, W. G. Políticas Linguísticas e Direito Linguístico de/para Comunidades Surdas: Perspectivas e Desafios. **Revista Falange Miúda**, v. 10, n. 2, p. 259-281, 2025. Disponível em: <Políticas Linguísticas e Direito Linguístico de/para Comunidades Surdas: Perspectivas e Desafios | Revista Falange Miúda>. Acesso em 31 dez.2025.

SILVIA, M. da; MARIA, D.H. "Nada sobre nós, sem nós": tutorial bilíngue (Libras-Português) para acessibilidade de pessoas surdas aos portais de ingresso do IFC. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/74749>. Acesso em 09 dez. 2025.

SOUZA, S. F.; SILVEIRA, H. E. Terminologias Químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos. **Revista Química**

Nova na Escola, v. 33, n. 1, p. 37-46, fev. 2011. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br> Acesso em 20 jun.2024.

SPIM, A. K. F. A. S. **Potencial comunicativo do tradutor de libras do Hand Talk:** uma análise comparada com tradução humana. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, 2021. 91f. Disponível em: Universidade de Sorocaba. Acesso em 21 ago. 2024.